

A educação pública paulista frente ao “capitalismo de vigilância” em tempos de pandemia

Paulist public education in front of the “surveillance capitalism” in pandemic times

 Verissimo dos Santos Furtado Filho *

Recebido em: 24 maio 2021
Aprovado em: 23 jan. 2022

Resumo: O objetivo deste trabalho é mostrar, no atual contexto da pandemia de coronavírus, como as ações da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP) para a educação pública estadual, alinhadas à lógica neoliberal, transformam a oferta da educação em um grande negócio para as grandes empresas de tecnologia. Para tal, utiliza-se como metodologia a análise de textos de autores que tratam da privatização do ensino, do *modus operandi* das *Big Techs*, além de examinar documentos e sites oficiais. Os resultados são mostrados ao longo do texto: primeiro, apresenta-se os investimentos realizados pela pasta em parceria com outras instituições, especialmente da iniciativa privada, em seguida, destaca-se a atuação das empresas Google e Microsoft com suas ferramentas educacionais e o processo de criação do Centro de Mídias da Educação de São Paulo. Depois, apresenta-se como o capitalismo de vigilância monetiza dados por meio de serviços e soluções gratuitas e os riscos advindos desses serviços e soluções. Finaliza-se apontando a comercialização da oferta da educação pública no estado de São Paulo, fundamentado em autores que tratam do tema.

Palavras-chave: Educação pública estadual. Capitalismo de vigilância. Centro de Mídias. Pandemia de coronavírus.

Abstract: The objective of this work is to show, in the current context of the coronavirus pandemic, how the actions of the Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP) for state public education, aligned with neoliberal logic, transform the offer of education into a big deal for big tech companies. To this end, the analysis of texts by authors who deal with the privatization of education, the *modus operandi* of *Big Techs* is used as a methodology, in addition to examining documents and official websites. The results are shown throughout the text: first, the investments made by the portfolio in partnership with other institutions, especially the private sector, are presented, then the performance of Google and Microsoft companies with their educational tools and the process creation of the Centro de Mídias de São Paulo. Then, it presents how Surveillance Capitalism monetizes data through free services and solutions and the risks arising from these services and solutions. It ends by pointing out the commercialization of public education in the São Paulo State, based on authors who deal with the subject.

Keywords: State public education. Surveillance Capitalism. Centro de Mídias. Coronavirus pandemic.

* Verissimo dos Santos Furtado Filho é doutorando em Educação pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp); mestre em Educação pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp); especialista em Ensino de Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos (UFISCar); especialista em Ética e Política pelo Instituto de Estudos Superiores do Maranhão (IESMA); graduado em Filosofia pelo Instituto de Estudos Superiores do Maranhão (IESMA). Professor de Filosofia na rede pública estadual de São Paulo. Contato: verissimofurtado@gmail.com

Introdução

Não é um fato recente que a oferta da educação¹ tem sido transformada em mercadoria. Tendo a educação sido estabelecida como responsabilidade do Estado, este, pouco a pouco, abre possibilidades para que instituições privadas a conduzam enquanto ele (o Estado) se coloca como gestor e garantidor desse direito social. Este texto objetiva mostrar como o processo de transformação da oferta da educação em mercadoria se intensificou na rede pública estadual paulista, a partir de ações praticadas pela Secretaria de Educação (SEDUC-SP), com o advento da pandemia de coronavírus desde o ano de 2020.

A busca de soluções urgentes para a continuidade das aulas na modalidade remota fez com que a SEDUC-SP firmasse algumas parcerias com empresas de educação e com grandes empresas de tecnologia, as Big Techs, impulsionando os negócios em educação, com aquisição de serviços educacionais. Um destaque fruto dessas parcerias foi a criação do Centro de Mídias da Educação de São Paulo (CMSP), que se tornou o centro das práticas pedagógicas da rede pública, sendo usado principalmente para a transmissão das aulas e realização das atividades.

Essas ações fortalecem o que Zuboff (2015) denominou de “capitalismo de vigilância” onde nossos dados pessoais são monetizados e comercializados pelas grandes empresas de tecnologia, fazendo com que essa prática seja um assunto no mínimo preocupante e, no máximo, extremamente perigoso.

A lógica neoliberal transforma dia a dia a oferta da educação em um negócio cada vez mais rentável orientando o comportamento das instituições e dos indivíduos, afetando nas suas formações e transformando a sociedade como um todo.

1. Metodologia

Para a escrita deste trabalho, utilizou-se a metodologia documental e bibliográfica, primeiro, fazendo uma leitura de algumas fontes primárias como leis, decretos, contratos, guias, protocolos, Diário Oficial etc., consultados em sítios oficiais na internet, depois, realizou-se a análise bibliográfica lançando mão de autores que desenvolvem estudos acerca da privatização da oferta da educação como Ball (2014), Dartot e Laval (2016), Peroni (2013) e da atuação das grandes empresas de tecnologia (Big Techs) como Zuboff (2015; 2016), Parra (2018) e Han (2018), dentre outros autores e documentos, apresentando exemplos práticos da atuação de empresas que – aliadas ao governo estadual – transformam a oferta da educação pública no Estado de São Paulo em negócio lucrativo, além de mostrar como as Big Techs monetizam dados pessoais de seus usuários.

Após a introdução e a metodologia, o trabalho apresenta os seguintes pontos: compra e venda de serviços educacionais, mostrando como a chegada da pandemia de coronavírus impulsionou o *edu-business* pela SEDUC-SP e empresas parceiras; Microsoft e Google, falando da atuação dessas gigantes de tecnologia na educação pública paulista; Centro de Mídias da Educação de São Paulo, que trata da implementação da principal ferramenta para aulas remotas do Estado de São Paulo; O preço do gratuito: capitalismo de vigilância, que mostra como as Big Techs monitoram usuários e monetizam seus dados; A comercialização da oferta da educação, que expõe como a lógica econômica neoliberal dita as normas da oferta da educação nos dias de hoje e; para finalizar o texto, são apresentadas as considerações finais.

2. Compra e venda de serviços educacionais

“Negócios são comprados e vendidos por uma variedade de razões” (BALL, 2014, p. 189). No Estado de São Paulo, com a chegada da pandemia de coronavírus, a Secretaria da Educação encontrou muitas razões para comprar serviços e produtos educacionais, impulsionando o chamado *edu-business* (BALL, 2014, p. 25). Enquanto isso, vimos a oferta da educação, direito social garantido pelo Estado, ser enfatizada como um negócio que, dentro da atual lógica do mercado neoliberal, intensificou a desigualdade social – justamente um dos problemas que a educação pretende combater.

Quando falamos de privatização da educação, já estamos acostumados com as grandes corporações educacionais que praticam *edu-business* e que se beneficiam das reformas educacionais promovidas pelo Estado. Essas instituições têm experiência em transformar qualquer crise educacional em uma situação de negócio lucrativo, apresentando soluções e realizando investimentos com o discurso de salvar escolas, professores, estudantes e garantir uma educação com qualidade e equidade, oportunizando, especialmente aos mais pobres, os meios para sua realização.

Essas instituições estão diante das mesmas condições estabelecidas pelo mercado financeiro a qualquer outro setor de negócios, quais sejam: elas competem, patenteadas, vendem ações, possuem marcas, têm equipes de pesquisa e desenvolvimento, aplicam métodos, compram e vendem licenças, têm clientes, tomam decisões estratégicas, visam ao crescimento das receitas, ou seja, elas assumem posturas similares às de quaisquer outras empresas. Ball (2014, p. 190) destaca as suas duas principais formas de atuação no sistema educacional: “Uma delas, da qual a *Person* é o caso paradigmático, é a construção de grandes conglomerados de educação e de informação. A outra é a absorção de *edu-businesses* por empresas de serviços profissionais e de gestão genéricos”.

A prática da fusão entre empresas de *edu-business* formando conglomerados gigantescos voltados para prestação de serviços educacionais, como têm-se testemunhado nos últimos anos no Brasil, é um tema relevante e que merece um olhar cuidadoso por parte de pesquisadores em educação, contudo, neste trabalho, a atenção está voltada especialmente para a segunda forma de atuação dessas instituições, que é a venda de soluções educacionais (inclusive tecnologias digitais) para outras empresas. No caso específico da situação educacional pública paulista durante a pandemia de coronavírus, o cliente não é uma empresa, mas uma repartição governamental do Estado, a saber, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP).

Em um curto período, a SEDUC-SP firmou diversas parcerias com grandes empresas de tecnologias e de serviços em educação, especialmente para implementar o Centro de Mídias da Educação de São Paulo (CMSP), do qual apresentaremos maiores detalhes adiante. Algumas dessas empresas, como Google e Microsoft, já possuíam contratos, mas o uso de suas plataformas era tímido, tendo crescido e passado a fazer parte da rotina de educadores e estudantes durante a pandemia de coronavírus.

3. Microsoft e Google

A concorrência entre essas gigantes no mercado de tecnologia é notícia recorrente nos principais noticiários e revistas de economia. Suas soluções são tão plurais que é difícil identificar quais são seus principais campos de atuação. Há algum tempo as escolas se tornaram alvo dessa concorrência, tendo sido mais claramente notada entre as instituições privadas de ensino, mas, agora, as escolas públicas brasileiras são o foco dessa competição, todavia isso não significa que os serviços oferecidos por essas empresas chegaram tão recentemente. Faz alguns anos (desde 2013)² que a SEDUC-SP firmou parcerias tanto com a Microsoft como com a Google para fornecer diversos serviços e produtos acessados via e-mails institucionais a estudantes, professores, gestores e outros servidores nas escolas da rede estadual com a proposta de ofertar tecnologias que tornem as aulas mais intuitivas e interessantes, que possam melhorar o desempenho dos estudantes e, conseqüentemente, das escolas.

Os pacotes de ferramentas e soluções dessas empresas ficaram praticamente em desuso pela maioria dos estudantes e professores, que ignoravam possuir os e-mails institucionais pelos quais se tem acesso a tantas ferramentas. Contudo, a partir do momento em que as aulas presenciais foram suspensas em março de 2020 para minimizar os efeitos da pandemia de coronavírus, os mais de três milhões e meio de estudantes e duzentos mil professores (SEDUC-SP, 2021, página web)

tiveram que se adaptar à nova realidade na qual a escolarização da rede paulista de ensino entrava. A partir daí, os pacotes de serviços e ferramentas digitais dessas empresas passaram a fazer parte da rotina escolar desses estudantes e professores.

O Protocolo de Intenções (ou Acordo de Cooperação) entre a SEDUC-SP e a Microsoft informa que seu objetivo é “tornar o processo de aprendizagem mais colaborativo, envolvente, efetivo e intimamente ligado ao século XXI” (SÃO PAULO [Estado], 2013, p.1). Para isso, ações que envolvessem ferramentas de colaboração, transferência de conhecimento e sustentabilidade se faziam necessárias. A cada estudante e professor, a Microsoft disponibiliza mais de 25 ferramentas digitais, incluindo acesso às redes sociais corporativas e a suíte de escritório *Microsoft Office*, que inclui, entre outros, o aplicativo *Microsoft Teams*, um *hub* usado para reuniões on-line que utiliza vídeo chamadas (MICROSOFT 2021, página web). O sítio oficial da Microsoft na internet chama suas ferramentas escolares de “Poderosas ferramentas educacionais que proporcionam melhores resultados de aprendizagem” (MICROSOFT, 2021, página web). Todas essas ferramentas são ofertadas **gratuitamente**³ à SEDUC-SP para uso escolar de todos os estudantes e professores da rede. O objetivo, segundo a Microsoft (2021, p. 1), é disponibilizar “aos professores as ferramentas que proporcionam economia de tempo no planejamento e nas tarefas” para capacitar os estudantes “com as habilidades necessárias para alcançar o sucesso, com ferramentas e aplicativos que melhoram a criatividade, comunicação e colaboração”.

A parceria realizada com a Google⁴ possui Protocolo de Intenções (ou Acordo de Cooperação) similar ao da Microsoft, contudo, o documento informa estar sujeito às leis federais e estaduais nele citadas⁵ e “conforme o *Google Apps for Edu Agreement*” (SÃO PAULO [Estado], 2013, p. 1), que é o contrato de prestação de serviços dos aplicativos Google, com página on-line, em língua inglesa. É um documento que, mesmo traduzido, mostra-se muito difícil de compreender por ser muito confuso e levar a uma boneca russa de links que parece não ter fim.

De acordo com a Google (2020, página web),

O Google for Education dá aos professores a liberdade de passar mais tempo personalizando a experiência de aprendizagem e menos tempo a gerenciando. Os alunos podem aprender a resolução de problemas do século XXI e as habilidades que usarão nas carreiras futuras, com recursos de acessibilidade que ajudam todos os alunos a terem o melhor desempenho possível.

A empresa apresenta para a educação uma dinâmica estritamente empresarial na qual o professor “ganha” tempo e o estudante “melhora” seu desempenho ao máximo.

As ferramentas oferecidas pela Google incluem e-mail, documentos, planilhas, apresentações, agenda, formulários, rede social, e muitas outras, das quais, destacam-se o Google Sala de Aula (ou *Google Classroom*) e o *Google Meet*.

O Google Sala de Aula é uma ferramenta digital que funciona como um sistema de gerenciamento de conteúdo para escolas e outras instituições de ensino que permite aos professores criarem, organizarem e avaliarem tarefas enquanto os estudantes têm acesso a esses conteúdos e avaliações e realizam suas atividades escolares de forma remota.

O Google Meet é um serviço de comunicação por vídeo, utilizado para videoconferência, lançado no ano de 2017, mas que se reformulou em 2020, durante quarentena estabelecida pelos governos do mundo inteiro para conter a COVID-19. Esta ferramenta ganhou vínculo com o Google Sala de Aula e viu seu uso disparar entre professores e estudantes. A Google (2020, página web) apresenta o *Google Meet* como “uma solução de videoconferência segura e confiável que contribui para formar, conectar e incentivar as comunidades escolares”. E ainda incentiva seu uso pelas escolas e demais instituições de ensino: “Transmita aulas, reuniões de pais e professores, assembleias escolares e muito mais”.

A SEDUC-SP, desde a suspensão das aulas presenciais em março de 2020, na busca de soluções urgentes para realização das aulas remotas, incentivou o uso do Google Sala de Aula e *Google Meet*, inclusive incorporando o patrocínio de dados quando a ferramenta Google Sala de Aula é utilizada via Centro de Mídias da Educação de São Paulo (CMSP), além de disponibilizar tutoriais de como realizar o uso destas ferramentas no portal oficial do CMSP.

4. Centro de Mídias da Educação de São Paulo

O Centro de Mídias da Educação de São Paulo (CMSP) é uma iniciativa da SEDUC-SP para disponibilizar conteúdos digitais aos professores e estudantes da rede estadual com o propósito de “ofertar uma educação mediada por tecnologia, de forma inovadora, com qualidade e alinhada às demandas do século XXI” (SEDUC-SP, 2020, página web do CMSP).

O CMSP foi implementado no ano de 2020, após a suspensão das aulas presenciais por decorrência da pandemia de coronavírus. Para que sua efetivação fosse possível, a SEDUC-SP firmou parcerias com diversas instituições, denominadas Parceiros do Centro de Mídias SP, consistindo predominantemente de empresas de tecnologia e organizações do setor privado da educação. Ao todo, 18 instituições fazem parte do projeto:

Amazon Web Services (AWS), Associação Parceiros da

Educação, Centro de Mídias do Amazonas – Secretaria da Educação do Estado do Amazonas, Claro, Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (PRODESP), Dragon-Learn, Fundação Carlos Alberto Vanzolini, Fundação Lemann, Fundação Padre Anchieta – TV Cultura, Fundação Roberto Marinho, IP.TV, Matific, Oi, Secretaria Municipal da Educação de São Paulo, Stoodi, Tim, Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp), Vivo. (SEDUC-SP, 2020, p. 11).

A imposição da educação remota para estudantes e professores da rede estadual paulista (escolas públicas e privadas) mostrou-se, em 2020, um gigantesco desafio, principalmente para os alunos mais vulneráveis da rede pública, que não dispõem de acesso a tecnologias digitais e vivem em casas com espaços pequenos onde muitas vezes não conseguem estudar, além das dificuldades que pais e responsáveis têm em orientar as atividades remotas, especialmente em famílias com baixa escolaridade. Isso fez com que as desigualdades sociais não apenas fossem realçadas, mas aumentassem significativamente (GALILEU [Revista], 2020, página web). É importante lembrar que a educação remota consiste numa adaptação temporária das aulas tendo como principal ponto a mediação por meio de tecnologias e não deve ser confundida com Educação à Distância (EAD), que é uma modalidade de ensino regida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), de 1996.

A SEDUC-SP apresenta o CMSP como uma solução para o momento atual, isto é, para o momento em que perdurar a pandemia de coronavírus, mas deixa inequívoco que se trata de uma iniciativa permanente que será utilizada nos anos de pós pandemia e que já é parte da política educacional do Estado, tornando-se o “centro” – para fazer um trocadilho com seu próprio nome – das práticas pedagógicas da rede pública de educação.

O CMSP vai muito além das transmissões das aulas, sendo o principal meio para formação de professores, gestores e demais profissionais da educação. Ele também é usado para monitorar o tempo em que educadores e educandos passam no aplicativo e o que eles acessam. As plataformas que constituem o CMSP são frequentemente atualizadas com novas funcionalidades e recursos. Até fevereiro de 2021 a plataforma contava com:

- a. um aplicativo para Educação Infantil e Anos Iniciais;
- b. um aplicativo para Anos Finais e Ensino Médio;
- c. uma versão web (portal que funciona dentro do navegador de internet em computadores e notebooks, vinculado ao aplicativo no smartphone);
- d. um portal na internet;
- e. um repositório (portal que contém as aulas transmitidas e outros recursos didáticos);
- f. canais no *Youtube*;
- g. acesso às plataformas parceiras (com destaque

ao Google Sala de Aula, alcançado pelo patrocínio de dados quando utilizado pelo aplicativo CMSP).

A maior parte da infraestrutura do CMSP é mantida por meio de doações pelas instituições parceiras. A detentora da plataforma é a empresa IP.TV LTDA que presta serviços e desenvolve soluções tecnológicas voltados para área da educação. No ano de 2020, a empresa celebrou contrato de doação com a SEDUC-SP para uso da plataforma CMSP e, por isso, não houve custos. A partir de fevereiro de 2021, em decorrência de contrato firmado com a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (PRODESP), os custos/investimentos serão próximos de 45 milhões anuais (SÃO PAULO [Estado], 2021, p. 35).

Além disso, é importante destacar que SEDUC-SP firmou parceria com as quatro principais operadoras de telefonia móvel (Vivo, Oi, Tim, Claro) para que pudessem patrocinar o uso de dados quando o aplicativo do CMSP for utilizado. Na prática, ter os dados patrocinados significa que não haverá custo para quem usa o aplicativo e ele irá funcionar para a transmissão das aulas e entrega das atividades mesmo se o dispositivo móvel não tiver internet.

5. O preço do gratuito: capitalismo de vigilância

As escolas públicas brasileiras enfrentaram problemas devido à escassez de recursos tecnológicos. O Censo Escolar de 2021 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) mostra que, em se tratando de acesso à internet e a depender da região do país, muitas escolas ainda não dispõem de conexão ou esta não atende completamente a necessidade de acesso para os estudantes. As escolas da região Sudeste, que é a mais rica do país, oferta internet somente para pouco mais da metade dos estudantes, enquanto as da região Norte têm internet para apenas 15% deles (MEC, 2021, p. 56).

Pesquisa Datafolha realizada em setembro/2020 mostra que o acesso à internet é bastante desigual e precário nas escolas do país, mesmo com a necessidade de se realizar aulas mediadas por tecnologias (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020, página web). No Estado de São Paulo, contudo, a SEDUC-SP vem realizando ações para equipar todas as escolas da rede estadual com aparatos tecnológicos e acesso à internet. O investimento, segundo a pasta, é de um bilhão e meio de reais que contempla o projeto Conecta Educação:

O Governador João Doria e o Secretário da Educação Rossieli Soares lançaram nesta quarta-feira (13) o programa Conecta Educação, com investimentos de R\$ 1,5 bilhão em um pacote de tecnologia que inclui a compra de notebooks, desktops,

wi-fi, estabilizadores, TVs, entre outros itens para melhorar a conectividade nas 5,1 mil escolas da rede estadual. A licitação foi realizada em parceria com Prodesp – empresa de tecnologia do Estado. (SEDUC-SP, 2021, página web).

Além disso, outras ações já foram implementadas pela SEDUC-SP, como a aquisição de chips com tecnologia 3G para conexão com a internet, distribuídos a educadores e estudantes, e subsídio de dois mil reais para professores que comprarem computadores do tipo desktop ou notebook pelo Programa Computador do Professor (SEDUC-SP, 2021, página web).

Mas os custos seriam muito maiores e os projetos da SEDUC-SP seriam inconcebíveis se não fossem as parcerias com grandes empresas de tecnologia e instituições privadas de educação que disponibilizam suas plataformas e serviços educacionais para que educadores e estudantes possam utilizá-los gratuitamente. Contudo, o “gratuito” dessas corporações pode custar um preço incalculável, pois as soluções e ferramentas digitais cedidas por elas coletam uma imensa quantidade de dados dos milhões de estudantes e milhares de educadores da SEDUC-SP. Isso pode resultar em consequências imprevisíveis não apenas no campo educacional, mas na conjuntura sociopolítica como um todo.

Neste cenário, consideramos fundamental refletir criticamente sobre as escolhas tecnológicas realizadas por instituições públicas de ensino e problematizar os possíveis efeitos da adoção de tecnologias corporativas que dão forma ao chamado capitalismo de vigilância. Destacamos os riscos relativos à superconcentração da informação nas mãos de poucas empresas no campo da educação formal. (PARRA et al., 2018, p.64-65)

As empresas que ficaram conhecidas como as *Big Techs* (Microsoft, Google, Facebook, Apple, Amazon) monitoram seus usuários, coletam seus dados e depois os monetizam. Os dados são classificados em duas categorias principais: uma que está relacionada ao conteúdo da comunicação dos usuários e outra que diz respeito às informações sobre as conexões, que são os metadados (PARRA, et. al., 2018, p. 76-77). A partir disso, é possível prever e influenciar o comportamento dos usuários, é o que Zuboff (2015, p. 75) denomina “capitalismo de vigilância”. Essas informações geram lucros colossais e aumentam o valor de mercado dessas empresas nas bolsas de valores.

Quando utilizamos um serviço gratuito na maior parte das vezes damos em troca nossos dados pessoais, nosso padrão de leitura, de pesquisa, gostos, interesses, motivações e, também, nosso padrão de interação e comportamento: dados dos perfis das pessoas com quem nos comunicamos por e-mail, as listas de discussão em que participamos e os locais que visitamos, graças ao georreferenciamento permanente. O conhecimento gerado sobre nós é altamente monetizável. (PARRA et. al., 2018, p.78)

O capitalismo de vigilância gera dados e riqueza capturando ações cotidianas dos seus usuários. Para isso, as empresas de tecnologias não apenas permitem o uso gratuito de seus aplicativos e serviços como os tornam cada vez mais viciantes para que as pessoas passem mais tempo usando seus recursos e, assim, ofereçam mais dados. A partir daí é possível desenvolver produtos projetados em dados comportamentais e vendê-los com base em comportamentos futuros.

Nesse novo contexto, os usuários não eram mais um fim em si mesmos. Em vez disso, tornaram-se um meio de lucros em um novo tipo de mercado no qual os usuários não são compradores, nem vendedores nem produtos. Os usuários são a fonte de matéria-prima gratuita que alimenta um novo tipo de processo de fabricação. (ZUBOFF, 2016, página web, tradução nossa) ⁶.

Assim, o “gratuito” das *Big Techs* são, na verdade, uma fonte imensurável de lucro, oriunda da vigilância, monitoramento e controle dos dados e metadados coletados dos usuários. Essas empresas apresentam pouca clareza em suas políticas e contratos, pois são confusos e muitas vezes apresentados em língua inglesa, tornando sua interpretação ainda mais difícil. A maioria das pessoas apenas clica em botões virtuais para aceitar o contrato ou a política da empresa sem, sequer, realizar a leitura.

Na obra *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*, Han (2018) constrói a noção de psicopolítica como um novo tipo de controle que incide sobre as mentes das pessoas. Ele aponta que o neoliberalismo estabelece um tipo de servidão que está articulada ao imperativo da coerção interna. Em outras palavras, no neoliberalismo o poder age silenciosamente produzindo emoções positivas, explorando, lendo, avaliando os pensamentos conscientes e inconscientes, seduzindo e agradando o sujeito, passando-se por liberdade, mas, na verdade, causando uma servidão voluntária (HAN, 2018, pp. 9-28).

A técnica de poder do neoliberalismo (que utiliza o mundo digital – internet, computadores, *smartphones*, câmeras etc.) se compara ao estado de vigilância encontrado na obra *1984* de George Orwell (caracterizado pelas teletelas e câmaras de tortura), mas agora temos uma aparência de liberdade e comunicação imensas. “O *smartphone* substitui a câmara de tortura. O Grande Irmão tem agora um rosto amável. A eficiência da sua vigilância está em sua amabilidade” (HAN, 2018, p. 57).

Os *big data*, que são instrumentos da psicopolítica, possibilitam uma vigilância aperspectivista que alcança a psiquê de forma ilimitada, tornando legíveis desejos e desvendando padrões de consumo que nem sabemos que temos. Esses mecanismos são capazes de monitorar nossos comportamentos e de ir além, sujeitando-nos a uma forma de controle extremamente eficiente e que

não somos capazes de perceber (HAN, 2018, p. 77-78).

Fornecemos aos *big data* o registro total da nossa vida. As *Big Techs* têm informações de tudo o que fazemos, desde as músicas que gostamos de ouvir ao mercado onde costumamos comprar, sabendo mais dos nossos hábitos que nós mesmos.

Hoje, cada clique que damos e cada termo que pesquisamos ficam salvos. Cada passo na rede é observado e registrado. Nossa vida é completamente reproduzida na rede digital. Os nossos hábitos digitais proporcionam uma representação muito mais exata de nosso caráter, e nossa alma, talvez até mais precisa ou mais completa do que a imagem que fazemos de nós mesmos. [...] Agora também somos monitorados pelas coisas que utilizamos cotidianamente. Somos, por assim dizer, prisioneiros de uma memória total de caráter digital. (HAN, 2018, p. 85-86)

Os nossos dados pessoais são completamente monetizados e comercializados. Isso nos transforma em mercadoria, somos pacotes de dados explorados economicamente o que faz com que os *big data* sejam não apenas um *Big Brother*, mas também um *big deal* (HAN, 2018, p. 90).

O projeto *Educação Viglada* (iniciativa de acadêmicos e membros de organizações sociais que visa alertar sobre o avanço da lógica de monetização das Big Techs sobre a educação pública brasileira) aponta que mais de 65% das instituições de ensino público no Brasil estão expostas ao capitalismo de vigilância, das quais, mais de 70% das ferramentas digitais utilizadas são das empresas Google e Microsoft (é importante destacar que não são ferramentas ou de uma ou da outra, mas das duas empresas). No caso das secretarias de educação, mais de 75% adotaram soluções dessas empresas, entregando dados sensíveis de servidores e estudantes (EDUCAÇÃO VIGLADA, 2020, página web).

Se não é perigoso, é pelo menos preocupante que essas grandes empresas de inteligência artificial tenham acesso a uma imensa quantidade de dados das instituições e de indivíduos, incluindo crianças e adolescentes, que são alfabetizados digitalmente por suas tecnologias.

Considerando que os dados são vistos nos dias de hoje como o novo petróleo, não podemos deixar de levantar questões entre movimentos sociais, políticos e, principalmente, entre educadores sobre a prática do **capitalismo de vigilância**, em especial, no contexto da quarentena para conter o avanço do coronavírus em que as instituições de ensino veem como saída para realização das aulas e entrega de atividades a adoção de soluções digitais ofertadas pelas *Big Techs*.

6. A comercialização da oferta da educação

Na dinâmica geral do crescimento dos negócios,

a compra e venda de serviços educacionais se tornaram um mercado multinacional focado em desempenho e rentabilidade, culminando em implicações para políticas educacionais. O setor privado administra cada vez mais a educação pública, implementando sua expectativa e pondo em prática sua lógica corporativista. Nesse sentido, segundo afirma Ball (2014, p. 189), “a educação como uma área de negócio é afetada por decisões estratégicas com o objetivo de aprimorar a vantagem competitiva, criar novas fontes de valor e melhorar o crescimento das receitas”.

Os negócios em educação se fundamentam na mesma estratégia capitalista dos outros setores. As empresas que exploram esse setor compram e vendem capital, realizam fusões, ampliam seus territórios, oferecem novos serviços ou produtos, mudam de nome, recorrem à recuperação judicial, declaram falência. A oferta da educação se tornou um produto que, como qualquer outro, pode ser vendido, comprado, repassado, enfim, negociado.

A dinâmica dos negócios educacionais se desdobra em dois modos: integração vertical – que por sua vez se mostra de duas formas –, e a integração horizontal, conforme explica Ball (2014, p.190):

A integração vertical assume duas formas: **atividades de negócios que abordam os mercados em relação ao currículo, à pedagogia e aos serviços de avaliação e aos mercados nos diferentes setores educacionais, desde o Pré-escolar até o Ensino Superior, Educação Vocacional e Profissional.** A integração horizontal tem a forma do desenvolvimento de abordagens de negócios genéricos que afetam os **serviços profissionais** e de gestão de vários tipos e serviços de informações e de informação de negócios. (grifo nosso)

Pensando na dinâmica que gira em torno do currículo paulista, que teve sua implementação a partir de 2008⁷ e que vem unificando o ensino em todas as escolas da rede estadual, a integração vertical se mostra por meio da elaboração do próprio currículo, da aplicação dele por meio do programa São Paulo Faz Escola, da aplicação de avaliações como Avaliação Diagnóstica de Entrada (ADE), Avaliação da Aprendizagem em Processo (AAP), Avaliação Diagnóstica Complementar (ADC), além de outras avaliações oficiais de nível estadual e nacional.

Com o *Programa Inova Educação* (criado pela SEDUC-SP com o propósito de realizar inovações na prática educacional), percebe-se claramente um alinhamento nas integrações vertical e horizontal, uma vez que o programa tem como proposta a educação vocacional e profissional para assumir um futuro emprego nos moldes estabelecidos pela atual lógica neoliberal.

O Programa traz inovações para que as atividades educativas sejam mais alinhadas às vocações, desejos e realidades de cada um. Novidades essenciais para promover o desenvolvimento

intelectual, emocional, social e cultural dos estudantes; reduzir a evasão escolar; melhorar o clima nas escolas; fortalecer a ação dos professores e criar novos vínculos com os alunos. (SEDUC-SP, 2020, página web do Programa Inova).

Outra estratégia alinhada a essas integrações empresariais é o *Método de Melhoria de Resultados* que faz parte do *Programa Gestão em Foco* (programa estratégico da SEDUC-SP com foco na gestão das aprendizagens) que visa “promover melhoria contínua da qualidade do aprendizado” (SEDUC-SP, FALCONI, 2020, p. 5). Esse é um pensamento estritamente capitalista, uma vez que é no capitalismo que o crescimento dos negócios, dos lucros, do cumprimento de metas, etcétera, devem ser “contínuos”. O método se distribui em oito passos:

1 Conhecendo o problema; 2 Quebrando o problema; 3 Identificando as causas do problema; 4 Elaborando planos de melhoria; 5 Implementando os planos de melhoria; 6 Acompanhando os planos e resultados; 7 Corrigindo os rumos e; 8 Registrando e disseminando boas práticas. (SEDUC-SP, FALCONI, 2020, p. 7)

Além disso, como já mencionado neste texto, outras soluções e dinâmicas empresariais, como o CMSP e as ferramentas Google e Microsoft, ajudam na unificação do ensino e na intervenção da administração educacional pública pelas instituições privadas ou pelas dinâmicas por elas idealizadas, que resulta gradativamente na perda da autonomia de educadores e educandos.

A oferta da educação pública transforma-se paulatinamente em um processo que impõe a razão econômica como principal dinâmica de funcionamento dos sistemas de ensino para fazer da escola uma empresa que funcione segundo as expectativas do mercado. Assim, o Estado de São Paulo, atendendo aos anseios do neoliberalismo, efetiva, em muitas frentes, seus ataques à educação. O que ele faz com suas parcerias com grandes empresas e com a elaboração de ferramentas, alegando como pretexto garantir o acesso e a qualidade do ensino, é, na verdade, fortalecer as arquiteturas das relações que imprimem na escola a lógica neoliberal. “Nossa cultura democrática é ainda muito embrionária, o que facilita o consenso em torno da lógica de mercado” (PERONI, 2013, p. 245).

No empenho de atingir uma determinada “qualidade”, as redes públicas buscam parcerias com instituições privadas, mas isso diminui a autonomia da escola, do estudante e principalmente do professor.

As redes públicas têm buscado as parcerias como forma de atingir a tão almejada “qualidade da educação” imposta pelas avaliações e ditadas por uma lógica mercantil. Verificamos que, entre as principais implicações da parceria para a gestão democrática da educação, está a diminuição

da autonomia do professor, que entre outros fatores fica minimizada, desde quando recebe o material pronto para utilizar em cada dia na sala de aula e tem um supervisor que verifica se está tudo certo, até a lógica da premiação por desempenho, que estabelece valores como o da competitividade entre alunos, professores e escolas, como se a premiação dos mais capazes induzisse a qualidade via competição. (PERONI, 2013, p. 248)

As raízes do exercício dessa lógica e do seu funcionamento estão na formação dos indivíduos que fazem a escola: alunos, professores, diretores, coordenadores de ensino, pais e responsáveis, entre outros.

Esse processo de transformação da oferta da educação em mercadoria está fundado na racionalidade neoliberal que conduz e orienta o comportamento dos principais membros de uma comunidade escolar. Pois, como se sabe, “o neoliberalismo emprega técnicas de poder inéditas sobre as condutas dos indivíduos” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 21). Técnicas de poder que têm como objetivo empreender novas formas de ser, de pensar e de se relacionar com o mundo, que orientam as relações das pessoas, para que seus comportamentos sejam vigiados e tenham apenas o propósito de servir ao mercado e suas necessidades.

Essa lógica faz do capitalismo, tanto na vida pessoal quanto na vida profissional, a norma geral da existência, pois o neoliberalismo mais que uma ideologia ou uma política é uma racionalidade que gerencia

o pensamento e ação de governantes e governados (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17).

Considerações finais

A questão da privatização do ensino público não é recente e ano após ano é implementada de várias formas que vão desde a oferta de serviços terceirizados de limpeza até a elaboração do currículo oficial. No Estado de São Paulo, com o aparecimento da pandemia de coronavírus, ações que favorecem os negócios em educação foram intensificadas pela SEDUC-SP, particularmente os negócios que envolvem tecnologias e soluções digitais para possibilitar aulas em formato remoto. Essas ações fortalecem a privatização do ensino público, pois viandam em uma direção que não possibilita volta, deixando a educação aos cuidados de grandes conglomerados empresariais, alinhados à lógica neoliberal globalizada.

No contexto atual, no qual a educação passa por consequências avassaladoras causadas pela pandemia de coronavírus, embora não tenhamos soluções imediatas para resolver o problema, é imprescindível estabelecer, juntos, debates para discutir os caminhos que podem ser tomados e traçar perspectivas educacionais que permitam a educadores, estudantes e toda a comunidade escolar estabelecer estratégias que viabilizem uma saída, conforme a realidade de cada escola. ■

Notas

- ¹ Considerando que em sentido ontológico, a educação não pode ser transformada em mercadoria, utilizo a expressão “oferta da educação” para mostrar como ocorrem os negócios na esfera educacional.
- ² À época, Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho era Governador do Estado de São Paulo e Herman Jacobus Cornelis Voorwald Secretário Estadual de Educação.
- ³ Adiante, tratar-se-á melhor do termo “gratuidade” nos acordos com a Microsoft e Google.
- ⁴ Utiliza-se o artigo feminino para se referir à empresa e o masculino para se referir ao buscador. Deste modo, as expressões “a Google” e “o Google” podem aparecer diversas vezes neste texto.
- ⁵ Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989.
- ⁶ No original: In this new context, users were no longer an end-in-themselves. Instead they became a means to profits in a new kind of marketplace in which users are neither buyers nor sellers nor products. Users are the source of free raw material that feeds a new kind of manufacturing process.
- ⁷ Uma análise da implementação do Currículo Oficial do Estado de São Paulo remonta a um período da história da educação brasileira e paulista, mas não há tempo para ser apresentada neste trabalho. Ver NUNES (2014). Reforma Curricular na Rede Estadual de Ensino: decorrências para a Organização do Trabalho em uma Escola. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59140/tde24082014-161432/publico/DISSERTACAO.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2021.

Referências

BALL, S. J. **Educação Global S. A:** Novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa, PR: UEPG, 2014.

- DARDOT, P.; LAVAL, Christian. **A nova Razão do Mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echar. São Paulo: Boitempo, 2016.
- EDUCAÇÃO VIGIADA. **Capitalismo de Vigilância e a Educação Pública do Brasil**. Disponível em: <https://educacaovigiada.org.br/>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- FOLHA DE SÃO PAULO. **Educação**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/11/so-16-dos-professores-dizem-ter-internet-com-velocidade-e-alcance-adequado-nas-escolas.shtml>. Acesso em: 28 fev. 2021.
- GALILEU (Revista). **Educação**: as desigualdades e oportunidades escancaradas pela pandemia. Disponível em: <https://revista-galileu.globo.com/Sociedade/noticia/2020/09/educacao-desigualdades-e-oportunidades-escancaradas-pela-pandemia.html>. Acesso em: 27 fev. 2021.
- GOOGLE. **Google Workspace for Education Terms of Service**. Disponível em: https://workspace.google.com/intl/en/terms/education_terms.html. Acesso em: 1 mar. 2021.
- HAN, B-C. **Psicopolítica** – o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte, MG: ÂYINÉ, 2018.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar, 2020**. Brasília: MEC, 2021.
- MICROSOFT. **Educação**. Disponível em: <https://www.microsoft.com/pt-br/education/school-leaders/tools-for-classroom>. Acesso em: 27 fev. 2021.
- PARRA, et. al. **Infraestruturas, Economia e Política Informacional**: o Caso do Google Suite For Education. Mediações – Revista de Ciências Sociais (Londrina) v.23 n.1, jan./jun. 2018, p. 63-99. DOI: 10.5433/2176-6665.2018.1v23n1p63 (Dossiê vigilância, controle e novas tecnologias).
- PERONI, V. M. V. As relações entre o público e o privado nas políticas educacionais no contexto da terceira via. **Currículo sem Fronteiras**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 234-255, maio/ago. 2013. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol13iss2articles/peroni.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2022.
- SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 64.982**, de 15 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2020/decreto-64982-15.05.2020.html>. Acesso em: 25 fev. 2021.
- SÃO PAULO (Estado). Processo Seduc -PRC-2021/01964, de 26 de janeiro de 2021. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo, SP, 30 jan. 2021. Seção I.
- SÃO PAULO (Estado). **Protocolo de Intenções SEDUC-SP e Microsoft**. Disponível em: [SIC-7766914298-Acordo-de-Cooperacao-Microsoft.pdf](https://www.milharal.org/SIC-7766914298-Acordo-de-Cooperacao-Microsoft.pdf) (milharal.org). Acesso em: 25 fev. 2021.
- SÃO PAULO (Estado). **Protocolo de Intenções SEDUC-SP e Google**. Disponível em: [SIC-7700514297-PARCERIA-GOOGLE.pdf](https://www.milharal.org/SIC-7700514297-PARCERIA-GOOGLE.pdf) (milharal.org). Acesso em: 26 fev. 2021.
- SÃO PAULO (Estado). **Acordo com a AWS**. Disponível em: <http://prodesp.sp.gov.br/clientes/PRO-7600%20-%20Acordo%20Amazon.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2021.
- SEDUC-SP. **Centro de Mídias da Educação de São Paulo**. Disponível em <https://centrodemidiasp.educacao.sp.gov.br>. Acesso em: 27 fev. 2021.
- SEDUC-SP. **Guia de utilização do CMSP**. Disponível em: <https://centrodemidiasp.educacao.sp.gov.br/downloads/Guia-de-Utilizac%CC%A7a%CC%83o-do-CMSP-Educac%CC%A7a%CC%83o-Infantil-e-Anos-Iniciais.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2021.
- SEDUC-SP. **Secretaria de Educação vai investir R\$ 1,5 bi em tecnologia para escolas estaduais**. Disponível em <https://www.educacao.sp.gov.br/governo-de-sp-vai-investir-r-1-5-bi-em-tecnologia-para-escolas-estaduais>. Acesso em: 26 fev. 2021.
- SEDUC-SP. **Programa Computador do Professor**. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/programa-computador-do-professor-reabre-inscricoes>. Acesso em: 25 fev. 2021.
- SEDUC-SP. **A Secretaria**. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/institucional/a-secretaria/>. Acesso em: 14 jan. 2022.
- SEDUC-SP. **Dia do Professor: Docentes da rede estadual relatam experiências vividas durante a pandemia**. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/dia-professor-docentes-da-rede-estadual-relatam-experiencias-vividas-durante-pandemia/>. Acesso em: 14 jan. 2022.
- SEDUC-SP. **São Paulo Faz Escola**. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/sao-paulo-faz-escola>. Acesso em: 27 fev. 2021.
- SEDUC-SP. **Inova Educação**. Disponível em: <https://inova.educacao.sp.gov.br/>. Acesso em: 27 fev. 2021.
- ZUBOFF, S. V. **The secrets of surveillance capitalism**. 2016. Disponível em: https://www.faz.net/aktuell/feuilleton/debatten/the-digital-debate/shoshana-zuboff-secrets-of-surveillance-capitalism-14103616.html?printPagedArticle=true#pageIndex_2. Acesso em: 22 fev. 2021.
- ZUBOFF, S. V. **Big other**: surveillance capitalism and the prospects of an information civilization. Journal of Information Technology, Oxford, v. 30, p. 75-89, abr. 2015. Disponível em: <https://cryptome.org/2015/07/big-other.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2017.